

STJ00115180

DIOGO UEHBE LIMA

Prefácio
Clovis Beznos

Apresentação
Jacintho Arruda Câmara

COMPETÊNCIAS CAUTELARES
DO TRIBUNAL DE CONTAS
DA UNIÃO

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (in memoriam)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

L732c	Lima, Diogo Uehbe
2022-1765	<p>Competências Cautelares do Tribunal de Contas da União / Diogo Uehbe Lima. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 179 p. ; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-65-5518-422-8</p> <p>1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional. 4. Controle Externo. 5. Controle Financeiro. 6. Orçamentoário. 7. Contábil. 8. Operacional. 9. Tribunais de Contas. 10. Direito Financeiro. 11. Teoria Geral do Processo. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 341.3 CDU 342.9</p>

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Diogo Uehbe. *Competências Cautelares do Tribunal de Contas da União*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 179 p. ISBN 978-65-5518-422-8.

SUMÁRIO

 PREFÁCIO

Clovis Beznos	13
----------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Jacinto Arruda Câmara	17
------------------------------------	----

INTRODUÇÃO	19
-------------------------	----

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA E CONCEITO DE CONTROLE	23
--	----

1.1 Evolução e modernidade: os fundamentos ideológicos do controle como instrumento de proteção às liberdades individuais	24
1.2 Controle como instrumento de participação democrática	28
1.3 A complexidade do mundo pós-moderno e a criação das instituições autônomas de controle	34
1.4 Um conceito de controle e o controle financeiro externo	37

CAPÍTULO 2

POSIÇÃO INSTITUCIONAL DO TCU E A NATUREZA DE SUA FUNÇÃO	43
--	----

2.1 Posição institucional	46
2.2 A distinção entre as tradicionais funções públicas e a função exercida pelo TCU	55
2.3 A função pública autônoma de controle financeiro externo	78

CAPÍTULO 3

AS COMPETÊNCIAS DO TCU: ASPECTOS GERAIS	83
--	----

3.1 Os parâmetros para o exercício das competências do TCU e seus produtos	90
3.2 As competências do TCU e o momento do seu exercício	96

CAPÍTULO 4

COMPETÊNCIAS CAUTELARES DO TCU	107
4.1 Afastamento temporário do responsável	110
4.2 Indisponibilidade de bens	111
4.3 Indicação de prazo para correção de irregularidades e sustação de atos	116
4.4 A vedação à sustação de contratos administrativos.....	119
4.5 Medidas cautelares em procedimentos licitatórios.....	132
4.6 Outras competências de natureza preventiva	138

CAPÍTULO 5

PODER GERAL DE CAUTELA: ANÁLISE CRÍTICA	141
5.1 Os fundamentos suscitados para sustentar o poder geral de cautela do TCU	141
5.2 Não cabimento, nessa matéria, da aplicação subsidiária ou supletiva da Lei nº 9.784 e do CPC/2015	145
5.3 Ilegítima presunção de eficiência na prevalência das decisões do TCU	147
5.4 Inadequada invocação da teoria dos poderes implícitos.....	150
5.5 Inexistência do poder geral de cautela do TCU.....	157
CONCLUSÃO.....	161
REFERÊNCIAS.....	165